

## **EDUCAÇÃO EMOCIONAL: UM NOVO PARADIGMA PARA A INCLUSÃO E O EMPODERAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Taísa Caldas Dantas; Flávia Laryssa Gonzaga Rabelo; Fátima Pereira Marinho.

*Universidade Federal da Paraíba*

[taisa.cd@gmail.com](mailto:taisa.cd@gmail.com), [laryssarabello@gmail.com](mailto:laryssarabello@gmail.com), [fatima16marinho@hotmail.com](mailto:fatima16marinho@hotmail.com).

**Resumo:** Por muito tempo a pessoa com deficiência foi totalmente excluída das esferas sociais por consequência de concepções místicas, religiosas ou até mesmo médico-patológica. A partir da segunda metade do século XX, documentos nacionais e internacionais foram criados para de alguma forma tentar transformar a realidade dessas pessoas, conseguindo então iniciar um processo de mudança sobre a compreensão que se tinha acerca das pessoas com deficiência, seus direitos e possibilidades de participação ampla em todos os âmbitos da sociedade, porém, estas medidas não foram suficientes para que houvesse uma inclusão efetiva destes no meio social e principalmente no âmbito educacional. Diante da desvantagem socioeducacional vivenciada pela pessoa com deficiência em uma cultura de “normalidade”, este trabalho tem o objetivo de analisar o campo da educação emocional como um caminho que pode ou não contribuir para inclusão escolar e o empoderamento da pessoa com deficiência. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, caracteriza-se por ser bibliográfica e é fruto de estudos e pesquisas desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Educação e Emocionalidade (GRUPEE), da Universidade Federal da Paraíba. O artigo está dividido em duas seções: a primeira contextualiza o histórico de exclusão vivenciado pelas pessoas com deficiência e a concepção médico-patológica que marca as experiências desse grupo social; e a segunda seção discute a importância da educação emocional e analisa como este campo pode servir de aporte para a inclusão de pessoas com deficiência nas mais diversas esferas sociais. Os achados da pesquisa apontam que a educação emocional é um caminho que contribui para o empoderamento de pessoas com deficiência, uma vez que o conhecimento das emoções pode gerar a construção de uma identidade própria e autonomia para uma vida ativa e participativa.

**Palavras-chave:** Deficiência, Educação Emocional, Empoderamento, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

Ainda que vivamos em uma era denominada de inclusiva as pessoas com deficiência são vítimas das consequências do modelo médico-patológico, o qual marcou de forma explícita a educação especial por muitos anos. Hoje, mesmo que de forma velada, as pessoas com deficiência continuam a ser vistas como doentes, incapazes e inferiores. Apesar de uma era denominada inclusiva, esse grupo social continua sendo estigmatizado pelas suas deficiências. Ao se fazer parte de uma cultura de normalidade e de uma sociedade onde o capitalismo rege todas as esferas, inclusive a educação, o que se observa no cotidiano do ambiente escolar é um modelo focado apenas nas capacidades cognitivas e na contribuição que essa pessoa poderá oferecer à produção capitalista.

Em meados do século XX, emerge uma outra perspectiva onde as descobertas nas áreas das ciências cognitivas, neurobiologia, economia, educação e psicologia começam a questionar a supremacia da mentalidade racionalista que havia sido formada. Chega-se em uma época que torna-se indiscutível a importância cada vez maior que as emoções assumem em todos os acontecimentos que percorrem a vida de qualquer ser humano (CASASSUS, 2009). Ao mesmo tempo, a escola continua ignorando conteúdos como educar e gerenciar as emoções, enfrentar situações difíceis da vida, solucionar conflitos interpessoais adequadamente, mostrar-se socialmente competente, aprender a ser mais feliz, dentre outros (VALLÉS, 2007).

Em vista das informações apresentadas, viu-se a necessidade de um estudo para analisar como a educação emocional e, mais especificamente, um currículo emocional, pode contribuir ou não para o empoderamento e a inclusão de pessoas com deficiência, já que o estudo sobre as emoções não se trata de algo novo, e ainda assim os educadores continuam incipientes quanto a um assunto tão importante. Por isto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o campo da educação emocional como caminho que contribui ou não para inclusão escolar e o empoderamento de pessoas com deficiência. Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e está dividido em dois momentos: o primeiro se trata de uma conceituação do modelo médico-patológico da deficiência, e o segundo mostra como o conhecimento sobre a educação emocional pode criar um novo paradigma sobre a inclusão e o empoderamento das pessoas com deficiência.

## 1. CONCEPÇÃO MÉDICO-PATOLÓGICA DA DEFICIÊNCIA

No período anterior a década de 70, a concepção que se tinha acerca da pessoa com deficiência era a de uma vertente médico-patológica. Predominava a crença de que essas pessoas não poderiam aprender e se desenvolver como alguém considerado “normal” (JANNUZZI, 1985; GODOY 2002), ou seja, nesse modelo, eles tinham uma desvantagem social comparados com as pessoas ditas “normais” (DANTAS, 2011). O campo de estudo sobre a deficiência fortaleceu ainda mais esta ideia, gerando uma hegemonia no discurso da biomedicina sobre o normal e o patológico (DINIZ et al, 2009). Como Diniz (2009) declara, o modelo biomédico afirmava que as experiências de segregação, desemprego e baixa escolaridade, por exemplo, eram causadas pela incapacidade do corpo deficiente para o trabalho produtivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/61, se refere às pessoas com deficiência como “excepcionais” revelando assim, como elas eram vistas, pessoas doentes e inferiores em relação ao resto da população (DANTAS, 2011).

A deficiência era considerada antes deste modelo um drama pessoal ou familiar, explicada através da religião, considerada uma maldição e consequência de algum pecado. Esta visão só foi superada pela narrativa biomédica, onde as causas que antes eram o pecado ou azar passaram a ser a genética, acidentes ou envelhecimento, reiterando a hegemonia do discurso biomédico de normalidade e patologia, pois um corpo com impedimentos apenas surge ao ser comparado com um corpo sem deficiência (DINIZ, 2009).

Para GODOY (2002), o modelo médico-patológico vê a pessoa com deficiência como alguém que têm problemas físicos e precisam ser curados, logo se precisa buscar sua normalização. Ou seja, era a pessoa com deficiência que precisava ser transformada e não a escola. Desde muito tempo, estão presentes nas discussões daquilo que constitui ou não a normalidade, as descrições de uma vasta amplitude da corporalidade humana (PEREIRA, 2008). Entretanto, para a biomedicina nesta época, a normalidade é entendida como um padrão de funcionamento da espécie. Essa normalidade que precisava ser buscada foi desafiada por um modelo social da deficiência, onde esta é considerada a opressão pelo corpo com variações de funcionamento (DINIZ, 2009).

A partir da década de 70, este quadro começa a sofrer mudanças. Documentos nacionais e internacionais foram criados para de alguma forma tentar transformar a realidade dessas pessoas, que estão em estado de vulnerabilidade (Convenção dos direitos da criança - ONU de 1989; Lei 7853/89; Declaração de Salamanca - UNESCO de 1994; Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional, LDB de 1996; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - CNE de 2001; entre outros). Esses documentos dizem respeito às tentativas de remover barreiras na participação integral das pessoas com deficiência na sociedade. Através deles conseguiu-se iniciar um processo de mudança sobre a compreensão que se tinha acerca dessas pessoas, seus direitos e possibilidades de participação ampla em todos os âmbitos da sociedade, inclusive a educação.

Um exemplo é a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgado em 2006 pela ONU e ratificado pelo Brasil em 2008, onde se reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência, ou com impedimentos e as barreiras de ambientes sociais restritivos à sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. O objetivo da Convenção foi promover, proteger e assegurar o exercício pleno e de forma igualitária dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, em respeito à sua dignidade inerente (BRASIL, 2009).

Sobre o campo das ciências sociais, os estudos sobre a deficiência foram um dos mais tardiamente abordados. O modelo social da deficiência contesta e critica o modelo biomédico e a medicalização do corpo deficiente. Para este modelo, a deficiência é entendida como uma manifestação da diversidade humana e a desigualdade só é vivenciada em uma sociedade não inclusiva e por causa de barreiras sociais, que ignoram os corpos com impedimentos (DINIZ, 2009).

É importante destacar que várias barreiras foram eliminadas ou minimizadas, porém, a desigualdade ainda existe. Isto implica na falta de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, que é necessária para que as pessoas com deficiência tenham seu pleno desenvolvimento (FERREIRA, 2010). No que se refere a estas pessoas em estado de vulnerabilidade, poucas são as experiências de sucesso conhecidas (DANTAS, 2011). Elas continuam sendo privadas de oportunidades e percebe-se ainda a invisibilidade destas nos meios de convivência social, educacional, laboral, dentre outros. Um dos motivos para tal privação são barreiras atitudinais, as quais são as barreiras na atitude, no olhar discriminatório ainda existente, que limita essas pessoas e que são as barreiras mais difíceis de serem rompidas.

A escola tem se concentrado apenas em aspectos cognitivos, dando prioridade aos conhecimentos científicos e técnicos, sem a preocupação de refletir sobre os sentimentos e as emoções que estão na base do desenvolvimento integral. Paralelo a isto, a visão sobre a pessoa com deficiência por parte de muitos professores/as, ainda é a de estigmatizá-lo à

deficiência, vendo-a como uma desvantagem diante dos/as outros/as alunos/as, restringindo-os/as de uma participação plena e efetiva. Com este olhar, muito dificilmente desenvolverão em sua prática uma abertura para a realidade do/a aluno/a, onde suas potencialidades possam ser contempladas. A história comprova a realidade de uma escola que tem desvalorizado e esquecido a existência das emoções como parte da identidade humana, se voltando para uma educação compartimentada e baseada em um currículo que busca a formação de um determinado padrão de aluno/a. Todos os que não se encaixam neste padrão, são diariamente excluídos e marginalizados. Diante dessa realidade a escola não tem cumprido com sua função primordial, de certificar um desenvolvimento integral para estes indivíduos, não oferecendo uma educação de qualidade, que contribua com a inclusão destes alunos/as, não apenas fisicamente, pois somente isto não corrobora para a inserção integral da pessoa com deficiência no âmbito educacional e social.

O campo da Educação Emocional surge exatamente com este objetivo, de utilizar do conhecimento sobre a gama de emoções inerentes ao ser humano para contemplar essas pessoas em todas as suas potencialidades e expandir suas visões de mundo a fim de que consigam enxergar mais do que apenas uma alternativa de vida e superar a visão que já vem condicionada e determinada (CASASSUS, 2009). Para trazer também a consciência de si mesmo a esses/as alunos/as, consciência que segundo Damásio (2011), é a faculdade de ter uma mente dotada de um possuidor, um protagonista de sua própria existência e de inspecionar seu mundo interior e o que há em volta, um agente que parece pronto para a ação.

## **2. EDUCAÇÃO EMOCIONAL X INCLUSÃO: UM NOVO PARADIGMA PARA O EMPODERAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A educação emocional surge como um novo paradigma educacional, onde não apenas a razão e habilidades cognitivas são levadas em consideração, como também as emoções e a afetividade. Uma das definições mais conceituadas sobre a educação emocional é de que ela seja:

(...) um processo contínuo e permanente de desenvolvimento emocional, que junto ao desenvolvimento cognitivo constituem elementos essenciais para a construção de uma personalidade integral que tem por objetivo o bem estar pessoal e social (BISQUERRA, 1999, p. 19).

Esse processo deve estar ao longo de toda a vida, pois a dimensão emocional compõe uma parte fundamental da formação integral do indivíduo e quanto mais desenvolvido alguém é emocionalmente, maiores serão suas competências para resolver problemas do dia a dia e tomar decisões de influência pessoal e social. Mas como esta nova perspectiva sobre as emoções pode contribuir para a inclusão e empoderamento das pessoas com deficiência? Deficiência esta que, segundo Diniz (2009, p. 73), não se resume aos impedimentos, pois é o resultado negativo da inserção de um corpo com impedimentos em ambientes sociais pouco sensíveis à diversidade corporal das pessoas. Para responder tal pergunta, primeiramente, precisa-se definir o que é esta nova visão sobre as emoções.

## **2.1 O QUE SÃO AS EMOÇÕES? CONTEXTUALIZANDO AS EMOÇÕES**

Para algumas correntes do pensamento filosófico e religioso que tiveram muita influência na Psicologia nascente do século XIX, as emoções deveriam ser vistas com desconfiança e precisavam ser superadas pelo exercício contínuo do autocontrole (MARTINS, 2004). Esta visão teve grande influência sobre o pensamento educacional tradicional. Pode-se perceber o começo de uma mudança, com a publicação em 1983 do livro *Frames of Mind* de Gardner, onde ele estabelece que além de uma inteligência verbal e matemática, há outras igualmente importantes, dentre elas, a interpessoal e a intrapessoal (CASASSUS, 2009) que fazem uma ligação inegável com a aquisição de competências emocionais.

Em 1990 foi publicado o primeiro artigo considerado o precursor de uma investigação sobre a inteligência emocional, cujos autores são Salovey e Mayer, e onde eles estudaram a combinação harmônica entre cognição e emoção (BISQUERRA et al, 2015). Antes disso, autores como Darwin, Cannon, Leeper, Wiener e Goldstein, consideravam de formas diferentes, que a emoção é útil e que constitui um processo adaptativo diante das exigências do ambiente (MARTINS, 2004). Para Casassus (2009, p. 22) “as emoções sempre estiveram no centro de nossa capacidade de sobreviver e estão no centro de nossa capacidade de evoluir”. O medo nos permitiu reagir diante das ameaças, enquanto o desejo nos permitiu alimentar e reproduzir a espécie. As emoções representam o campo vital para cada um e o que sentimos sobre nós mesmos determina em grande medida quem somos. Dito isto, a definição de quem somos e do que podemos fazer está intimamente ligado ao mundo emocional (CASASSUS, 2009).

Há muitos estudos sobre a Educação Emocional na literatura internacional, autores como Bisquerra (2015); Casassus (2009); Damásio (2011); Pérez (2015), Gárcia (2011),

Vallés (2012), entre outros, são referências para quem quer se aprofundar nos estudos da emocionalidade. Infelizmente no Brasil o campo da educação emocional é ainda incipiente. É necessário então mais estudos sobre a área, que indiscutivelmente tem muito a contribuir na educação.

## **2.2 A IMPORTÂNCIA DAS EMOÇÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Agora, clarificar a importância das emoções no meio socioeducacional é de fundamental importância. Na escola são produzidas situações de todos os tipos, principalmente as que envolvem o mundo emocional e é neste cenário onde os alunos/as devem demonstrar suas competências emocionais para alcançar um maior bem estar possível, o que os permitirá aprender melhor (VALLÉS, 2015). A competência emocional implica não apenas na incorporação de habilidades em relação às próprias emoções e às dos/as outros/as, mas em um processo de transformação onde a pessoa incorpora a consciência e compreensão emocional (CASASSUS, 2009).

O fato da escola nos dias atuais ignorar as emoções como um componente a ser trabalhado no dia a dia, não exclui a influência delas sobre as pessoas que compõem o ambiente escolar, mas como Casassus (2009) afirma, esta influência apenas não é percebida. Neste cenário então, se desenvolvem problemas como *bullying*, perseguição escolar, exclusão, exposição a situações de risco, etc. Em solução a estas adversidades, Vallés (2015, p. 3) afirma que a Educação Emocional é:

(...) o processo de formação da personalidade mediante a qual os estudantes desenvolvem as competências para tomar consciência das próprias emoções, sentimentos e estados de ânimo e outros; para refletir sobre esses afetos ao raciocinar ou realizar tarefas intelectuais e aprendizagem; mostrar comportamentos inteligentes de assertividade na prevenção e resolução adequada de conflitos, de empatia e altruísmo para alcançar o bem-estar pessoal e social (...).

Um currículo que contemple a Educação Emocional na escola, estabelece uma função preventiva de situações de conflito e de resolver problemas que envolvam o bem estar de todos/as os/as alunos/as, inclusive os que possuem algum tipo de deficiência. É imprescindível um currículo que defina o desenvolvimento dos conteúdos emocionais, em seus elementos curriculares como: objetivos, atividades, metodologia e critérios de avaliação (VALLÉS, 2015).

### **2.3 A IMPORTÂNCIA DAS EMOÇÕES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NO EMPODERAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A Educação Emocional possui grande importância na inclusão de pessoas com deficiência, para que elas sejam vistas sob uma nova perspectiva, onde o foco não esteja em suas limitações, e sim nas suas potencialidades. Por isso a importância de um currículo emocional que atinja não apenas os/as educandos/as, mas também os/as educadores/as. Para Casassus (2009, p.133), “se alguém não puder ver e compreender o mundo emocional de maneira experiencial em si mesmo, dificilmente poderá ver e compreender o mundo emocional dos outros”. Entende-se então que uma consciência das próprias emoções permite um trabalho eficaz e positivo no vínculo com outras pessoas. Não é possível educar alguém emocionalmente, na educação emocional o ‘professor’ é a própria pessoa, mas os educadores/as podem criar as condições e orientar os alunos facilitando na aprendizagem (CASASSUS, 2009).

A reflexão intelectual sobre as emoções afeta o cérebro cognitivo, mas a experiência afeta o cérebro emocional. Por isso, qualquer intervenção para educar as emoções requer um programa integral que incorpore o desenvolvimento de competências sociais (assertividade, habilidades de conversação, enfrentamento de críticas injustas, resolução de conflitos e desenvolvimento de valores), as competências cognitivas (pensamento de perspectiva causal, controle de vieses de pensamento e seu processamento objetivo) e as competências de autogestão comportamental (conhecer e controlar a própria conduta) (VALLÉS, 2015).

Outro fator essencial na educação emocional é a disposição de abertura, quando alguém ingressa com abertura no processo da educação emocional, também está se abrindo à possibilidade de uma transformação pessoal (CASASSUS, 2009). Muitos professores/as mesmo com boa vontade, não conseguem enxergar além da deficiência de um/a aluno/a, acreditando assim, que este é incapaz de aprender, se desenvolver e produzir como os outros alunos/as que não possuem deficiência. Os preconceitos e estereótipos o impedem de ver o/a aluno/a além da sua deficiência. Casassus (2009) afirma que ter abertura em relação ao risco é um fator essencial, o que significa que a qualidade da experiência emocional depende desta abertura, pois ela permite descobrir em si e nos outros, novas dimensões de si e dos outros. Quando o/a professor/a cria um ambiente onde o/a aluno/a possa se educar e compreender a si mesmo no campo das emoções, ele/ela está dando a condição necessária para que este/a aluno/a se empodere. As discussões sobre o empoderamento iniciaram-se entre os anos 1950 e



1960, com o movimento dos negros nos EUA, e constitui um processo coletivo ou individual no desenvolvimento de potencialidades, visando tornar uma pessoa capaz de tomar suas próprias decisões e de acordo com suas vontades (DANTAS, 2014).

O conceito de empoderamento introduz uma importante compreensão para a promoção da democracia e atenuação da vulnerabilidade de pessoas com deficiência, pois oportuniza o fortalecimento delas enquanto seres humanos que conhecem o valor que tem (DANTAS, 2011, p. 35).

Quanto à função das emoções no empoderamento, estas são geradas na interação com outras pessoas. Qualquer relação interpessoal está entrelaçada de emoções que se produzem pelo contato visual, pelo que se diz, como se diz, na comunicação não verbal, contato físico, etc. As emoções podem ter uma função social, ou seja, podem comunicar aos outros como se está sentindo e influenciar no que os demais sentem (BISQUERRA et al, 2015). Assim os sujeitos do ambiente escolar (professores/as, cuidadores/as, intérpretes, coordenadores/as, etc.) podem intencionalmente criar meios de interação, onde as emoções geradas sejam motivadoras à ação, autonomia, e ao sentimento satisfatório de ser competente no que for proposto, ou seja, gerando condições onde esses/as alunos/as se empoderem.

A identidade de alguém é expressa pela maneira como se age e reage às mensagens externas. As emoções provocam impulsos que indicam claramente como é o entorno no qual se está e, portanto, permite que decisões sejam tomadas (CASASSUS, 2009). Isto só comprova ainda mais a importância da aquisição de competências emocionais, onde a identidade possa ser construída além de julgamentos, determinações, ou no caso da pessoa com deficiência, além de uma cultura de normalidade. Educar as emoções, gerenciá-las, enfrentar e solucionar as situações difíceis da vida, mostrar-se socialmente competente, são alguns exemplos de aprendizagem que a escola continua a ignorar, mesmo com muitos autores/as enfatizando a relação positiva entre inteligência emocional e o bem-estar subjetivo.

A busca de uma educação da afetividade, ou seja, do conjunto de sentimentos e emoções que determinam o comportamento do/a aluno/a é o resultado das percepções e valores que os/as alunos/as exercem no dia a dia, e deve acontecer com objetividade e adequação. Educar a afetividade supõe: promover processos de autoconhecimento e aceitação pessoal; proporcionar aos alunos/as conteúdos e informações relacionadas a valores; atitudes e hábitos que melhorem seu desenvolvimento psicológico; facilitar-lhes exemplificações de atuações corretas diante de conflitos interpessoais com componentes emocionais e fomentar sentimentos de competência, segurança e respeito próprio (VÁLLES, 2015).

Uma aprendizagem incidental e sem intencionalidade não é suficiente para alcançar a maturidade emocional e desenvolver as competências emocionais necessárias para um pleno desenvolvimento da personalidade dos alunos/as. Um desenvolvimento integral da personalidade é de fundamental importância para se conquistar um autoconceito e autoestima positivos, e alcançar assim o empoderamento, ou seja, o conhecimento sobre as emoções gera a autonomia e o sentimento de competência, necessários para a pessoa com deficiência sair da posição vulnerável, e conquistar a condição e capacidade de participação, a inclusão social e o pleno exercício de sua cidadania.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos apresentados sobre a posição histórica da pessoa com deficiência na sociedade e a importância dada ou não às emoções numa cultura predominantemente racionalista, percebe-se uma cultura vigente de normalidade, onde as pessoas com deficiência continuam não sendo incluídas de forma integral e na qual os currículos educacionais refletem uma prática educativa unilateral, onde a dimensão afetiva continua sendo desprezada, mesmo após descobertas científicas que a apontam como uma área vital da formação humana. Então, a Educação Emocional surge como uma proposta para a quebra da rigidez e falta de afetividade presentes no espaço escolar, onde as emoções e a afetividade passam a incorporar o currículo e as atividades cotidianas da escola, e são vistas como essenciais ao desenvolvimento integral de todos os indivíduos, especialmente daqueles/as que historicamente são vítimas de marginalização e exclusão social, como ocorre com as pessoas com deficiência.

Através de processos de autoconhecimento, e aquisição de competências emocionais para um melhor enfrentamento das situações conflitantes do dia a dia, a Educação Emocional possibilita à pessoa com deficiência a consciência e o protagonismo de sua própria existência, empoderando-se, sendo incluídos em todos os âmbitos da sociedade e exercendo sua cidadania. Porém, fica evidente que os avanços científicos no campo de estudos sobre a emocionalidade continuam sendo inexplorados por parte dos profissionais da educação. Entende-se então que é de fundamental importância a atenção especial por parte destes profissionais às novas práticas educativas, que trarão contribuições não apenas à pessoa com deficiência, mas também a toda comunidade educativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISQUERRA, R. F.; PÉREZ, J. C. G.; GARCÍA, E. N. **Inteligencia emocional en educación**. Editorial Síntesis, Madri, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 07 de setembro de 2015.

CASASSUS, J. **Fundamentos da educação emocional**. UNESCO, Liber Editora, Brasília, 2009.

DAMÁSIO, A. R. **E o cérebro criou o homem**. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.

DANTAS, T. **Jovens com deficiência como sujeitos de direito: O exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011.

DANTAS, T. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W.R. Deficiência direitos humanos e justiça. **Revista internacional direitos humanos**. vol. 6 no. 11 São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 27 de agosto de 2015.

FERREIRA, W. B. **Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. 2010. Disponível em: <[http://redhbrasil.net/documentos/biblioteca\\_online/modulo\\_3/mod\\_3\\_3](http://redhbrasil.net/documentos/biblioteca_online/modulo_3/mod_3_3)> Acesso em: 27 de agosto de 2015.

GODOY, H. P. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

MARTINS, J. M. **A lógica das emoções na ciência e na vida**. Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao Interior da Sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista**. 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt>> Acesso em: 27 de agosto de 2015.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 A 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB



VALLÉS, A. A. Los programas de educación emocional en la escuela In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO EMOCIONAL, 1., 2015, João Pessoa. **Anais**. 1 CD.

